GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: POLÍTICAS DE SELEÇÃO DO GESTOR MUNICIPAL DESTA MODALIDADE EM CAXIAS DO SUL

Kathia Maris Mariani Sonalio[1]
Profa. Dra. Cristiane Backes Welter[2]

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultados parciais do Projeto de Pesquisa do Mestrado em Educação, que objetiva compreender quem é o Gestor de Educação Especial e, principalmente, quais foram as políticas (técnicas e formativas) utilizadas para a designação deste profissional para a função do Gestor em Educação Especial, no período de 1999 a 2024, na Rede Municipal de Caxias do Sul/RS. Muito se sabe da formação necessária do Professor que atua na Modalidade de Educação Especial, especificamente no Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma vez que é definido por legislações federais e municipais e que é incentivado a realizar formações permanentes e continuadas. Em contrapartida, nada se fala sobre os profissionais da educação que gerenciam estes professores e administram as políticas da Modalidade Educação Especial nas redes municipais de ensino. Para a realização deste trabalho a metodologia utilizada é constituída por uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e interpretativa, através de métodos mistos. Assim sendo, nesta abordagem qualitativa utilizei a pesquisa documental procedendo o resgate e a análise criteriosa das legislações, nacionais e municipais atinentes ao tema. Por ser este um tema considerado inovador, utilizarei os teórico Ball(1992), Yin(2014) e Bardin,(2011). São resultados parciais dessa pesquisa seis(6) tópicos que definem o perfil do Gestor em Educação Especial, sendo: Formação Acadêmica, Conhecimento Técnico, Experiência Prática, Habilidades Interpessoais, Atualização Contínua e Gestão e Liderança. Estes tópicos foram elencados à partir da análise das legislações e dos estudos feitos que compõem esta pesquisa.

Palavras-chave: : Educação Especial. Educação Inclusiva. Gestão. Critérios.

INTRODUÇÃO

[1] Mestranda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade de Caxias do Sul, KMMSonalio@ucs.br
[2] Orientadora no PPGEd da Universidade de Caxias do Sul, cbwelter@ucs.br

A busca por este tema deu-se, principalmente, por minha experiência profissional tendo por base minha formação acadêmica na graduação e pela necessidade de uma resposta frente às diversas demandas passadas em minha vida laboral, situações essas que envolvem a Gestão da Educação Especial em diferentes momentos correspondentes aos anos de 1999 a 2024. Este tema, referente às escolhas e critérios de quem são os Gestores da Educação Especial que atuam na Secretaria de Educação, também surgiu das recorrentes ponderações da sociedade, principalmente por parte de pais de crianças e adolescentes deficientes que estão matriculados nas redes públicas de ensino, pois aqueles consideram que os profissionais de educação Especial, importantes mas nem sempre vistos ou lembrados, regulam todas as ações educacionais que envolvam PcD em toda a transversalidade da Educação Especial que permeia desde o início da Educação Básica até a Educação Superior. Pretendo, ao dar forma a este projeto de dissertação, dentre vários aspectos, trazer relevância à pesquisa na área da Educação Especial, já que os resultados poderão compor diretrizes para auxiliar, neste feito, o Conselho Municipal de Educação (CME) e trará sustentação à Secretaria Municipal de Educação, uma vez que a designação do cargo de gestor da Educação Especial é organizada e mantida por essa secretaria e atualmente compõe uma política de Estado, e não uma política de governo.

Através da pesquisa em andamento, busco encontrar resposta ao questionamento que diz respeito à gestão da Educação Especial no município de Caxias do Sul, no que tange à compreensão de quem é o gestor de Educação Especial. Esse entendimento pede que se observem vários aspectos, desde processos formativos até saberes necessários para o profissional que irá exercer essa função. É de conhecimento que em Caxias do Sul/RS, a conjuntura engloba muitos anos de existência deste setor de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação de Caxias do Sul, em vários momentos históricos e com várias denominações, mas serão estes últimos 24 anos que compõem o discurso desta pesquisa.

Mais uma vez, considerando quem ocupa este lugar de gestor de Educação Especial, e pensando nas atribuições da função, percebo que devam existir e ser analisados os critérios para que esse profissional seja designado a cargo constituído. Reside aqui o problema da minha pesquisa: quais foram os critérios técnicos e formativos utilizados para a designação de um profissional para a função do Gestor em Educação Especial no período de 1999 a 2024 na Rede Municipal de Caxias do Sul/RS?

O objetivo deste trabalho é apresentar resultados parciais da pesquisa de Mestrado em Educação na busca de compreender os critérios (técnicos e formativos) utilizados para definição dos Gestores da Educação Especial em Caxias do Sul, no período de 1999 a 2024 bem como distinguir Educação Especial e Educação Inclusiva, revisar as legislações contemporâneas para explicitar a formação específica para o cargo de Gestor da Educação Especial e identificar as perspectivas da função de Gestor da Educação Especial na Rede Municipal de Caxias do Sul/RS.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento de uma pesquisa, sempre trazemos nossa bagagem pessoal aliada ao aperfeiçoamento acadêmico, sendo que esse polirá nossas percepções e ajudará a desvendar o caminho que deveremos seguir. Assim, os pressupostos filosóficos engendrados por nossas crenças e nossa práxis fluirão através da metodologia mais adequada à busca que fazemos.

A metodologia utilizada é constituída por uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e interpretativa através de métodos mistos.

Os autores que fundamentam esta pesquisa são: Ball (1994) através da Abordagem do Ciclo de Políticas partindo do Contexto de Influências, passando por Produção de Texto e finalizando com o Contexto da Prática; Yin (2014) através do embasamento referente ao Estudo de Caso, especialmente no que se refere ao contexto e à utilização dos roteiros de entrevistas e Bardin, através da Análise de Conteúdo.

Destaco que o roteiro de entrevista é constituído por doze(12) perguntas respondidas por cerca de vinte(20) professores que atuaram no Setor de Educação Especial da SMED de Caxias do Sul no período compreendido entre 1999 a 2024.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Richardson (2012, p. 80), a metodologia qualitativa pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar as interações de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vivenciado por grupos sociais, contribuindo no processo de mudança desse grupo possibilitando o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Desta feita, entende-se que os objetivos da pesquisa estão relacionados aos conhecimentos, compreensão e análise de contexto que passarão a ser estudados. Por meio da abordagem qualitativa, é possível entender a natureza de um fenômeno social e

buscar soluções teóricas e práticas para situação vivenciada (Rezende, 2021, p. 25). Para esta autora e partindo da abordagem qualitativa, a pesquisa é comprometida com o acompanhamento e análise sobre as ações que a gestão educacional pode desenvolver por meio de um dispositivo legal para tornar o ambiente escolar inclusivo.

Assim sendo, ainda dentro da abordagem qualitativa, utilizei a pesquisa documental procedendo com o resgate e análise criteriosa das legislações nacionais e municipais atinentes ao tema.

Bogdan e Biklen (1994,p.181),citados em Rezende (2021, p. 29), compreendem que, ao ter contato com os documentos oficiais que norteiam a proposta do estudo desenvolvido, o pesquisador passa a contribuir com a identificação de padrões relevantes e elementos que colaboram com a percepção do participante acerca de como o cenário pode se transformar a partir da ressignificação de suas ações onde os documentos podem fornecer pistas acerca do estilo de liderança e revelações potenciais acerca de qual é o valor dos membros da organização que neste sentido remeto à Secretária Municipal de Educação do meu município.

Ludke e André (1986, p. 38) defendem que a pesquisa documental enquanto procedimento da pesquisa podendo se constituir em uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Tendo por base a pesquisa documental, busco relacionar e entender o Contexto de Influência e o Contexto da Prática (Ball,1994), assim como verificar os critérios formativos e acadêmicos utilizados, implícita ou explicitamente, na definição para indicação dos gestores da Educação Especial no município de Caxias do Sul.

Como forma de entender o processo referente ao objeto da minha pesquisa, utilizei a abordagem teórica que contribui com a investigação sendo considerada apropriada e utilizada como procedimento metodológico: a Abordagem do Ciclo de Políticas formulada e defendida por Ball (1994) que é um método para pesquisa de políticas públicas educacionais e da análise sobre as ideias e desenvolvimento de políticas em ação. De acordo com Mainardes (2006), a Abordagem do Ciclo de Políticas adota uma orientação pós-estruturalista crítica. onde essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatizando os processos de micropolíticas e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local, indicando a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise destas

políticas educacionais. Esse referencial teórico-analítico não é estático, mas dinâmico e flexível. Para fins de apropriação os cinco contextos são: Contexto de Influência, Contexto de Produção de Texto, Contexto da Prática, Contexto dos Resultados (efeitos) e Contexto da Estratégia Política (Mainardes, 2006, p. 95).

Ball (1994) defende cinco contextos que podem ser compreendidos como esferas políticas, tendo em vista a existência de conflitos e de discursos variados; mas, para fins desta pesquisa, optam-se por três deles, que utilizarei para tecer análise quanto aos fatos e aos dados da e na pesquisa. Os três contextos são destacados a seguir:

Contexto de Influência: momento em que as políticas públicas são iniciadas e os discursos são construídos (Bowe; Ball; Gold, 1992). Nesse contexto, os grupos de interesse "disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado" (Mainardes, 2006, p. 51). Os conceitos obtêm legitimidade, tornando-se base para a política a ser formulada.

Contexto de Produção do Texto: etapa em que os textos políticos são produzidos e articulados com o interesse comum definido, representando a política em si. Os textos são o resultado das disputas advindas de acordos políticos, por isso, é possível perceber uma articulação entre os grupos de interesse que influenciam as políticas. Apple (1995) defende três características de textos como esse: o documento precisa ser um pouco vago, tendo em vista que diferentes grupos precisam se sentir acolhidos pelas propostas; entretanto, o documento também precisa oferecer elementos específicos que caracterizem seu público-alvo e ser atrativo ao leitor.

Contexto da Prática: de acordo com Bowe, Ball e Gold (1992), esse contexto representa a reinterpretação do texto, é onde podem ocorrer transformações e mudanças significativas em relação ao que foi pensado inicialmente, porém, isso depende da ação dos sujeitos que o colocará em prática. Ao chegar aos espaços escolares, as políticas são recontextualizadas por aqueles que a executarão, tendo em vista que possuem tal autonomia e precisam adequá-las às suas experiências, interesses e princípios. Conforme Fanizzi (2016, p. 5), "[...] o processo de recontextualização é fundamental para aproximar as análises entre 32 macrocontexto e microcontexto, pois permite identificar as influências que os discursos que cada contexto sofre".

Rezende (2021, p. 32) refere que os contextos estão inter-relacionados, não possuem dimensão temporal ou sequência, podendo coexistir dependendo da demanda e situação, conforme exposto. Além disso, os contextos apresentam arenas de discussão e

disputas de interesses, tendo em vista que podem existir grupos que desejam influenciar as políticas, envolvendo embates teóricos.

A análise de tais contextos, caracterizados pelos autores citados, poderão auxiliar na compreensão de como os gestores municipais reinterpretam e ressignificam as políticas públicas relacionadas aos critérios utilizados para escolha dos gestores da Educação Especial.

Para Mainardes (2006, p. 55), a abordagem do ciclo de políticas traz várias contribuições para a análise de políticas, uma vez que o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro".

Mainardes (2006, p. 58) acredita que são características do Ciclo de Políticas a desconstrução de conceitos e certezas do presente, do engajamento crítico, da busca de novas perspectivas e novos princípios explicativos, na focalização de práticas cotidianas (micropolíticas),na heterogeneidade e no pluralismo e articulação entre macro e microcontextos.

A princípio, a ideia defendida por Ball e Bowe (1992) era caracterizar o processo político constituído por: a política proposta, a política de fato e a política em uso. No entanto, consideraram a ideia restrita linearmente e romperam com a formulação do método de análise. Reformulando a ideia inicial, constituiu-se a Abordagem do Ciclo de Políticas, que apresenta contextos inter-relacionados que não possuem dimensão temporal ou sequência e, portanto, não são lineares. Cada um dos contextos envolve disputas a partir dos grupos de interesse.

De igual importância, o Estudo de Caso entra na minha pesquisa através de Yin (2015, p. 244): onde a pesquisa de estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de mundo real. O estudo de caso, para Yin, é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o "caso") em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes (2009, p. 17).

Nesse sentido, essa metodologia dialoga com a minha pesquisa. O tema que desenvolvo busca investigar, em profundidade, a política de critérios formativos e técnicos para o gestor da Educação Especial em Caxias do Sul. Entendo que existem limites que poderão influenciar nessa busca devido ao fato de não serem tão evidentes, ou

serem encobertos, refletindo, dessa forma, na ponderação e contextualização a que esta pesquisa se propõe.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caxias do Sul é um Sistema de Ensino, cabendo ao Conselho Municipal de Educação normatizar, para além da formação dos professores que atuam nesta modalidade, a indicação de outros critérios para o Gestor de Educação Especial. Esses critérios comporão o perfil deste gestor e devem ser definidos enquanto Formação Acadêmica, Conhecimento Técnico, Experiência Prática, Habilidades Interpessoais, Atualização Contínua e Gestão e Liderança, sendo explicitados da seguinte forma:

1º Formação acadêmica: (a) Magistério: enquanto formação inicial; (b) Graduação, isto é, ser Habilitado no curso de Licenciatura em Educação Especial ou Pedagogia Educação Especial; e (c) Pós-Graduação, ou seja, ser Habilitado em Pedagogia com Especialização na área da Educação Especial ; e Mestrado ou Doutorado em Educação Especial.

2º Conhecimento técnico: ter profundo conhecimento na legislações que regem e normatizam os serviços da Educação Especial no processo de elaboração de Políticas Públicas voltadas para a inclusão; no atendimento a pessoas com deficiência e nas metodologias de ensino e práticas pedagógicas inclusivas e colaborativas.

3º Experiência prática: ter vivência em sala de aula através de experiência anterior como docente no ensino fundamental e, especialmente, em Educação Especial; ter passado por Gestão Educacional tendo experienciado e vivenciado sua prática pedagógica em cargos de gestão (direção ou vice-direção) e/ou coordenação pedagógica.

4º Atualização contínua: para este item, CME e SMED poderão pensar em um subcritério definindo uma carga horária formativa antes de ser gestor e durante o desempenho de sua função, visando: formação continuada através de participação em cursos, *workshops* e seminários que abordem novas práticas, tecnologias assistivas e inovações na Educação Especial, e **ter participação em áreas de** pesquisa como forma de criar uma cultura do envolvimento em atividades que promovam pesquisa e desenvolvimento de novas abordagens para a Educação Especial.

5º Gestão e liderança: o gestor de Educação Especial deverá ter conhecimentos sobre planejamento e avaliação, apresentando habilidades para planejar, implementar e avaliar programas e políticas de Educação Especial.

6º Habilidades interpessoais: seriam consideradas igualmente as questões de saber trabalhar em equipe, tendo a habilidade de trabalhar em colaboração com outros profissionais da educação, com cuidadores, como professores das escolas, psicólogos e terapeutas e demais profissionais envolvidos no processo da Educação Especial e Inclusiva; **desenvolvida capacidade de** comunicação, tendo habilidade para comunicar-se efetivamente com famílias, alunos e outros educadores de forma clara e eficaz.

7º Ter sensibilidade e empatia, pois é necessário compreender as necessidades e desafios enfrentados por alunos com deficiência e suas famílias, bem como de seus colegas professores, pois são eles que estão diretamente vinculados a este aluno e familiares enquanto atuação nas escolas da rede municipal de ensino de Caxias do Sul.

Nesta pesquisa, busquei aprofundar a necessidade do estabelecimento de critérios técnicos e formativos para o compor o gestor da Educação Especial.

Este estudo aponta, como forma de devolver à sociedade, a necessidade de qualificar a Gestão da Educação Especial. Ao fornecer uma resposta aos pais e profissionais, de diversas instâncias e setores, busca-se entendimento do fazer Política Pública e da obediência às legislações sem importar com a conflitante condição de obedecer ao critério político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste espaço indico que esta pesquisa apresenta relevância acadêmica (pois envolve lacunas na literatura existente) e social (pois este Gestor, com conhecimentos técnicos e formativos impactará na elaboração e acompanhamento mde Poilíticas Públicas da Educação Especial no município de Caxias do Sul e, pretenciosamente, em demais municípios do nosso país. Além disso, há pertinência ao tema devido a atualidade e qualificação desse Gestor. Destaco ainda ser uma pesquisa autoral que servirá de aporte à futuras buscas e ampliação deste tema.

Os autores e autoras,com os quais dialoguei, trouxeram riqueza ao aprofundamento teórico acerca da Educação, Educação Especial e Gestão.

REFERÊNCIAS

AAPE/EPAA. **Formação Continuada de Gestores de Educação Especial**: políticas locais para Inclusão Escolar. v. 23, n. 29, 16 mar. 2015

ANDRADE, E. O.; SILVA, M. A.; MACEDO, M. C. O conselho municipal de educação como espaço democrático para a ampliação e efetivação dos direitos à educação. *In*: mediação: educação e humanidades, Minas Gerais, ano v, n. 10, jan./jun. 2020.

ARAÚJO, A. C. de. Gestão democrática da educação: a posição dos docentes. Ppge/UNB. Brasília. Dissertação de mestrado, mimeogr., 2011.

BELLADONA, R.; VARGAS, T.; ADAMI, M. V. D. Cartografia como Ferramenta de Gestão Pública: Evolução Histórica do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul. *In*: Congresso Internacional de Tecnologias para o Meio Ambiente. 6. 2018. Bento Gonçalves, RS. **Anais** [...]. Bento Gonçalves, RS. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-do-municipio-de-Caxiasdo-Sul-Proj-Geografica-Datum-horizontal_fig1_338196860. Acesso em: 30 abr. 2024.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues**. Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL. G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som –** um manual prático. São Paulo: Editora Vozes, 2021.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora,1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

Brasil. **Decreto nº 6.571 de 17/09/2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

Brasil. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Institui o Programa de Formação Continuada para Diretores Escolares e Técnicos das Secretarias de Educação - Proditec.**

Brasil. **Lei n° 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Brasil. **Lei nº 13.146, de 6 DE julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui diretrizes curriculares nacionais para formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Direito à Educação. Subsídios para Gestão dos Sistemas Educacionais. Orientações Gerais e Marcos Legais**. Brasília, DF. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Parecer CNE/CP 28/2001**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 1, de 2001**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pósgraduação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 17, de 17 de agosto de 2001**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial: **Série : Educação Inclusiva**, 2004 (V. 1, 2, 3, 4).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 1 out. 2024.

CARDOSO, Amalia Noemia. **O processo de implantação da assessoria pedagógica da inclusão em Caxias do Sul/RS na Secretaria Municipal de Educação (1998-2004)**. 2023. 13 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, RS, 2023. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/12880. Acesso em: 13 dez. 2023.

CASTAMAN, A. S.; RODRIGUES, R. A. Considerações sobre a gestão democrática e participativa na Educação Profissional e Tecnológica. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 4, n. 8, 2018.

CAXIAS DO SUL. Secretaria Municipal da Educação. **Aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Educação, nos termos da Lei Complementar nº 321, de 22 de dezembro de 2008, e revoga o Decreto nº 19.048, de 18 de agosto de 2017**. Caxias do Sul: SME, 2010.

CAXIAS DO SUL. **Lei Complementar nº 321, de 22 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a estrutura administrativa e o funcionamento do Poder Executivo Municipal de Caxias do Sul.

CAXIAS DO SUL. Secretaria Municipal da Educação. **Resolução CME Nº 19, de 31 de agosto de 2010**. Caxias do Sul: SME, 2010.

CAXIAS DO SUL. Secretaria Municipal da Educação. **Resolução CME Nº 35, de 30 de maio de 2017**. Caxias do Sul: SME, 2017.

CHACON, M. C. M. **Formação de recursos humanos em educação especial:** respostas das universidades à recomendação da portaria ministerial nº 1.793 de 27.12.1994, Tese 84 (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Marília, SP, 2001.

COSTA, M. da P. R. da (org.). **Educação Especial**: aspectos conceituais e emergentes. São Carlos: EduF SCar, 2009.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. São Paulo: Penso Editora, 2013.

CUCCOVIA, M. M.; NARDINI, P. Aprender com a vida. **Revista Revisão do Conhecimento**. Sertãozinho/SP, v. 2, ed. 1, ano 2, p.11-16, dez. 2002.

CUCCOVIA, M. M**.** Educando com a vida rumo à cidadania: Currículo Funcional Natural. *In*: OLIVEIRA, A. A. S; PAIXÃO, K. M. G.; PAPIM, A. A. P. (org.). **Educação Especial e Inclusiva**: contornos contemporâneos em educação e saúde. Curitiba: Editora CRV, 2018.

D'ÁVILA, J. L. P. **A crítica da escola capitalista em debate**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

EVANGELISTA, O. Um fantasma ronda o professor: a mística da competência. *In*: Maria Célia Marcondes de Moraes (org.). **Iluminismo às avessas**: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2023, p. 81-98.

FERNANDES, S. **Fundamentos para Educação Especial**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2013.

FIGUEIRA, E. **As pessoas com deficiência na história do Brasil –** uma trajetória de silêncios e gritos. Rio de Janeiro: Wak Editores, 2021.

GRACINDO, R. V. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

IMBERNÓN, F. **Formação Continuada de Professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IMBERNÓN, F. **Formação Permanente de Professores:** novas tendências. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

IMBERNÓN, F. **Qualidade do Ensino e Formação do Professor uma mudança**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Caxias do Sul**. 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama. Acesso em: 10 out. 2023.

JANNUZZI, G. de M. **A Educação do Deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do sáculo XXI. Campinas: Autores Associados, 2012.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – LDBEN - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEONARDO, N. S. T.; BARROCO, S. M. S.; ROSSATTO, S. P. M. (org.). **Educação Especial e Teoria Histórico-Cultural –** Contribuições para o Desenvolvimento Humano**.** Curitiba: Appris Editora, 2017.

LIMA, E. B. de. **Consequências Epistemológicas da Eugenia na Gênese da Educação Especial no Brasil**. Curitiba: Appris Editora, 2022.

LIMA, M. S. O.; PINTO, I. C. de M.; PEREIRA, S. de O. **Políticas públicas e pessoa com deficiência:** Direitos Humanos, Família e Saúde. Salvador: EDUFBA, 2011.

LÚCIO, W. S.; DINIZ. M. **O (Des)Preparo do/a Professor/a na Presença dos/as Estudantes com Deficiência:** os Significados/sentidos da Formação Continuada. Jundiaí: Pacco Editorial, 2015.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU,1986.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr.2006.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão Escolar.** São Paulo: Summus Editorial, 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MAZZOTTA, M. J. S. **Evolução da educação especial e as tendências da formação de professores de excepcionais no Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** Histórias e Políticas Públicas. Porto Alegre: Cortez, 2011.

MICHELS, M. H. **A formação do professor de educação especial no Brasil**: propostas em questão. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017.

MINETTO, M. de F. **Currículo na educação inclusiva:** entendendo esse desafio. Curitiba: Editora IBPEX, 2008.

MOREIRA, L. C.; Cabral, L. S. A. **Fundamentos sociais, políticos e antropológicos da educação especial.** Curitiba: Intersaberes, 2021.

OLIVEIRA, D. A**. Gestão democrática da educação:** Desafios Contemporâneos. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2007.

OLIVEIRA, J. P. de. **Educação especial:** formação de professores para a Inclusão Escolar. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

PARANÁ. CME. **Deliberação nº 02/2003**. Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.

REZENDE, Ana Mayra S. da. **Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:** Políticas e Práticas da Gestão Educacional Municipal. 2021. f. 25. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. SP, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/204665. Acesso em: 6 jan. 2024.

RIBEIRO, C. P. **A Imigração Italiana na Serra Gaúcha**. Caxias do Sul: EDUCS, 1992.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: ArtMed,1999.

SANTOS, G. C. S.; FALCÃO, G. M. B. (org.). **Educação especial inclusiva e formação de professores**: Contribuições Teóricas e Práticas. Curitiba: Appris Editora, 2020.

SILVA, Esther Giacomini**. O Perfil Docente para a Educação Inclusiva** – uma análise das atitudes, habilidades sociais e o Perfil Escolar Inclusivo. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, área de concentração: Ensino na Educação Brasileira, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, 2008. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/Educacao/Dissertacoes/silva_eg_ dr_mar.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

SILVA, F. G. da. **Educação Especial Inclusiva –** Práticas e Subjetividade na Formação Docente. Curitiba: Appris Editora, 2021.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VIEIRA, M. C.; SILVA, M. A. da. **Gestão Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Inclusiva**. Curitiba: Intersaberes, 2022.

ZILIOTTO, G. S. **Educação Especial:** Fundamentos Históricos e Filosóficos. Curitiba: Intersaberes, 2020.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman Editora, 2014.